



## **A questão ambiental e a nova geopolítica das nações: O discurso tecno(eco)lógico e a perpetuação do divisão internacional do trabalho**

Marcelo Campello<sup>1</sup>

campellogeo@gmail.com

Colégio De Aplicação Da Universidade Federal Do Rio De Janeiro

### **Resumo/Resumen:**

Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas que ultrapassam o caráter ecológico. Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados e os países periféricos, que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas corporações econômicas e organizações político-sociais, de impor ao restante do mundo padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Não há, contudo, críticas e tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental. O capitalismo se mantém forte e se reinventa através de um neoliberalismo ‘esverdeado’ ou por um ‘global new green deal’. A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, vem buscando afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas – que exigem necessariamente o domínio de ‘tecno(eco)logias’ – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza, controlar recursos estratégicos, se apropriar da biodiversidade e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave/ Palabras Claves: Geopolítica ambiental; Desenvolvimento sustentável; Economia verde; Divisão Internacional do Trabalho.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Professor de Geografia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Economia Política Internacional pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ).

Por séculos desconsiderada no debate político-econômico e também em outros campos da ciência e do conhecimento, a questão ambiental tornou-se, a partir dos anos 1960, um tema fundamental de discussão não só de movimentos sociais como da própria ciência a partir de olhares, perturbações e interesses distintos. Além da consciência-ecológica legítima, isto é, os ideais promulgados por movimentos organizados nos quais seus objetivos têm como foco reivindicações em prol da redução dos impactos antrópicos ao planeta Terra e dos questionamentos e estudos científicos para esclarecer os mitos e verdades nessa área, a temática também envolve atores geopolíticos com influência global. O debate ecológico é, hoje, um paradigma geopolítico carente de questionamentos teóricos e análise crítica.

A problemática ultrapassou a questão de uma consciência-ecológica legítima e a constatação geofísica de que inauguramos a era geológica do *Antropoceno*. A questão ambiental é tão relevante e, ao mesmo tempo, paradoxal, que ultrapassou os limites de discussão dos movimentos sociais e da ciência. Atualmente, a ecologia é um tema fundamental nas relações interestatais e não pode ser negligenciada na agenda dos Estados nacionais e na discussão no seio da própria Organização das Nações Unidas (ONU).

Este trabalho busca uma interpretação crítica da conjuntura político-econômica do sistema interestatal capitalista na qual, em escala global, os países centrais através de seus interesses nacionais e de suas fundações e corporações, intensificaram o debate sobre o tema. A partir, principalmente, das reuniões do Clube de Roma (1968) e da primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo (1972), estes atores encaminham fóruns de discussão e Conferências em todo o mundo e difundem mecanismos regulatórios e pressões político-ideológicas que não equacionam o problema ecológico e, ao contrário, atuam como forma de ingerências sobre os países menos desenvolvidos com objetivos que visam a perdurar a condição desigual entre o centro e periferia e legitimar o sistema capitalista (SUERTEGARAY E SCHAFFER, 1988).

O que chamamos de 'ambientalismo político' nesse trabalho, estratégia difundida também pelas organizações multilaterais, deve ser analisado como um elemento inerente ao próprio sistema capitalista para a abertura de novas fronteiras econômicas e frentes de negócios financeiros, além de consolidar modelos de desenvolvimento hierárquicos e autoritários que, necessariamente, alimentam-se das disparidades tecnológicas e socioeconômicas entre as nações e, até mesmo, dentro das nações.

Frente a compreender esta realidade, o *artigo foi* dividido em duas seções. A primeira esclarece como a ecologia, no século XXI, faz parte das questões geopolíticas de grande importância engendradas na nova geopolítica das nações. A segunda analisa o desenvolvimento

sustentável e a economia verde, padrões e modelos de organização socioeconômica e de produção do sistema capitalista, lançados em contextos políticos distintos vislumbrando tornar o desenvolvimentismo característico do sistema menos 'ecoagressivo'.

## 1. A QUESTÃO AMBIENTAL COMO PARADIGMA GEOPOLÍTICO

Os primórdios dos movimentos ecológicos e da discussão ambientalista sob uma perspectiva geopolítica confundem-se com as primeiras reuniões engendradas pelo Clube de Roma, na década de 1960. O Relatório *The Limits of Growth*, de 1972, foi o embrião das discussões sobre a relação homem e ambiente, na qual se abordou a situação presente e o futuro dos homens. Este Relatório, numa perspectiva neomalthusiana, apontou elementos limitantes ao crescimento dos países relacionados a cinco pontos centrais: i) crescimento demográfico; ii) produção alimentar; iii) ritmo de crescimento industrial; iv) níveis de poluição; v) e consumo de recursos naturais (MEADOWS *et al*, 1972). A ecologia torna-se uma preocupação global no desenrolar dessa discussão poucos anos depois, especificamente na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Não por acaso, essa discussão vem à tona em um contexto de estagnação e recessão econômica dos países centrais pós-crisis de 1973<sup>2</sup> e 1979, período em que alguns países periféricos, revelam ameaças aos interesses do bloco hegemônico. O meio ambiente e o processo de 'ambientalização' já afloram como uma estratégia política na agenda global dos Estados nacionais.

(...) quando, no pós-guerra, os movimentos de libertação nacional começaram a questionar a (des)ordem colonial, toda a responsabilidade passou a ser atribuída à explosão demográfica. É sabido que as curvas de crescimento populacional dos países subdesenvolvidos não começaram a crescer na década de 1950, mas, no mínimo, duas décadas antes. Só que, a essa altura, os movimentos de libertação ainda não ameaçavam o colonialismo. Por outro lado, o desemprego crescia fortemente tanto na Europa como nos Estados Unidos, e ninguém poderia atribuir tal fato ao crescimento demográfico, mas sim à crise do capitalismo mundial. (TRICARD, in *Hérodote* n° 26, p. 6 *apud* VASENTINI, 1988, *Prefácio*).

O discurso ambientalista aparece em um contexto geopolítico marcado pelo 'medo' da explosão demográfica e do crescimento econômico da periferia mundial. Essa discussão difundiu que os recursos naturais, historicamente apropriados pelas potências coloniais e suas corporações

---

<sup>2</sup> A primeira grande Crise do Petróleo ocorre em represália à *Guerra do Yom Kippur* (1973), quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), composta por uma maioria de nações árabes, eleva consideravelmente os preços da *commodity*, ocasionando crise de energia e efeitos político-econômicos em escala planetária.

econômicas poderiam se extinguir. Nessa lógica, surge também a ideia de governança global sobre os danos ambientais, sendo imposta como uma política necessária a todos, evitando que os países centrais assumissem os danos de uma predação histórica secular dos recursos naturais em seus territórios e também nas ex-colônias.

Desde a gênese de construção do sistema político mundial, os interesses dos capitalistas confundem-se com a atuação dos Estados nacionais. A aliança do poder político com a burguesia foi importante na consolidação do sistema e, ainda hoje, é uma necessidade do capitalismo. Atualmente, essa necessidade pode ser compreendida no lançamento e na imposição de modelos de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde.

Os pressupostos ideológicos lançados pelas grandes potências não questionam a essência do capitalismo e elegem a tecnologia como a ferramenta salvadora do planeta, podendo perpetuar a divisão internacional do trabalho. A tecnologia, condição necessária para uma economia de baixo carbono, pode minimizar de maneira significativa o antropogenismo global, mas não resolve.

Becker (1992) ao revelar que a questão ecológica é tecnológica, geopolítica e, conseqüentemente, ideológica, teme o processo de *apartheid* tecnológico que pode acentuar a nova ordem mundial simbolizada pela oposição Norte / Sul.

Uma das mais importantes questões políticas no final do século tende a ser, portanto, a acentuação das desigualdades entre centros e periferias. Na medida em que a disputa Leste/Oeste desaparece, o mundo passa a ser dividido entre o rápido e o lento a partir da posse do conhecimento científico e das redes de comunicação. Trata-se da era do *apartheid* tecnológico (BECKER, 1992, p. 192).

As estratégias de poder e a mercantilização dos elementos da natureza fazem parte de um 'jogo' denominado por Porto-Gonçalves (2006) como 'geopolítica da biodiversidade'. Tais mecanismos regulatórios e conceitos portadores de verdades 'universais' devem ser inseridos na lógica de construção de um neoliberalismo de caráter ambiental. O mesmo autor, ao relacionar a ligação entre tecnologia, poder e meio ambiente, aponta como as implicações da privatização do mundo da ciência e da técnica repercutem na estreita relação entre o grande capital e os líderes na esfera política mundial. A mercantilização dos elementos da natureza através de mercados fictícios em bolsas de valores e o controle de patentes 'tecno(eco)lógicas' por corporações de nações poderosas vêm contribuindo para a persistência do abismo existente entre o centro e a periferia na atual conjuntura global<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Como retórica na lógica do desenvolvimentismo e repetindo modelos exógenos, o Porta-voz brasileiro na Conferência da ONU Sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972, afirmou que um país que não alcançou um nível satisfatório mínimo para prover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para a

Na virada do milênio inicia-se o uso do capital natural reservado na década de 1990, acentuando-se a vertente da acumulação em contraposição à vertente capitalista. Observa-se um processo de mercantilização de elementos da natureza transformados em mercadorias fictícias, pois não foram produzidas para venda no mercado – que geram mercados reais, cuja regulação está em curso nos grandes fóruns globais (BECKER, 2005, p. 36).

Nesse sentido, podemos aproximar a análise de Bukharin (1984) sobre o sistema capitalista a esse contexto.

O desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e, de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros (BUKHARIN, 1984, p. 66).

Sobre as contradições da inserção da ecologia em uma nova geopolítica global, não se trata de fazer julgamentos ideológicos e nacionalistas sobre as reivindicações dos movimentos sociais e tampouco sobre as ações dos Estados nacionais, mas compreender suas ações como parte do sistema interestatal capitalista. Como Fiori (2004) aponta:

No mundo das grandes potências e dos demais Estados e economias nacionais, não existem bons e maus, nem melhores ou piores, em termos absolutos. O que existe são Estados que, em determinados momentos da história, assume posições mais ou menos favoráveis à paz e à 'justiça internacional'. Mas, mesmo nesses casos, há que se distinguir a retórica da ação concreta, porque todas as grandes potências já foram colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas, liberais e mercantilistas e quase todas elas, além disso, já mudaram de posição várias vezes ao longo da história (FIORI, 2004, p. 57).

A revolução tecnocientífica reconfigurou o sistema interestatal capitalista e o colocou em sua fase globalizante e monopolista-financeiro. Como forma de recuperar o sistema de uma crise financeira do modelo neoliberal, pretende-se, também, mercantilizar os elementos da natureza, inclusive por uma nova solução promovida pelo mundo corporativo atendendo pelo nome de economia verde (CALDAS E QUINTELA, 2011).

Seguindo essa perspectiva analítica, a questão ambiental passa a ser uma ferramenta política utilizada por países centrais, organizações multilaterais e corporações econômicas. A partir do interesse econômico-nacionalista, Caldas e Quintela (*Op. Cit.*), colocam:

---

proteção do meio ambiente.

De fato, é impressionante a capacidade criativa que as grandes empresas e instituições financeiras têm de se reinventar e auferir ainda mais lucros nos momentos de instabilidade política, de grandes tragédias sociais e catástrofes naturais (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16).

A privatização e financeirização da natureza não surgem de uma vontade explícita de transformação do modelo de organização socioeconômica no qual vivemos há séculos. Pelo contrário, através de mecanismos regulatórios como o 'mercado de crédito de carbono', a já díspar divisão internacional do trabalho pode ser agravada e os impactos antrópicos serem, agora, legitimados e exclusivos daqueles que podem pagar pelo direito de poluir em favor do bem-estar social de uma minoria do planeta. Quando, na verdade, o modelo de desenvolvimento sustentável deveria se afirmar através do pagamento de quem polui e, principalmente, de quem já poluiu!

O REDD, por exemplo, não só mantém como contribui para aumentar os processos de apropriação destrutiva da natureza e de destruição de sua organização ecológica.

Os mecanismos de pressão idealizados pelos principais atores e líderes do sistema interestatal capitalista atuam sob uma falsa bandeira ecológica e possuem interesses implícitos dos Estados-economias nacionais que lideram o sistema há séculos. Tais ações tornarão os países subdesenvolvidos e, principalmente, as camadas mais oprimidas de suas populações, como os povos indígenas, camponeses e outras populações tradicionais, fornecedores de um novo tipo de trabalho remunerado (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16). Suas florestas e reservas naturais, imobilizadas para absorver GEEs, virarão uma mercadoria, e a natureza, elemento estratégico no novo biocapitalismo baseado na genética, um serviço ambiental aos países centrais.

Sob a égide do chamado 'desenvolvimento sustentável', esse 'esverdeamento' do capitalismo está diretamente relacionado ao aumento exponencial da apropriação dos recursos naturais, da expropriação de pessoas e comunidades de suas terras e territórios e, finalmente, da exploração de agricultores e comunidades tradicionais, que, mediante contratos públicos ou privados, passam então a ser considerados 'prestadores de serviços ambientais' (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16).

Obviamente, como tratado no sistema interestatal capitalista, o conceito de natureza não é natural e, assim, a luta ecológica é uma luta social. Por que, então, separar a ecologia da política, a natureza da sociedade, o natural do histórico?

O meio natural que condiciona nossa existência biológica deriva de um jogo econômico na medida em que torna-se fonte de lucros, de rendas de situação, de meios de dominação. Os Estados maiores promovem tanto o desenvolvimento das armas biológicas quanto da arma alimentar. Nessas condições a ecologia adquire inelutavelmente uma dimensão política (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 45).

A política, *stricto sensu*, diz respeito à arte dos cidadãos definirem os limites para suas vidas. A ecologia mexe com os limites do homem e, neste sentido, com o que é da essência política. Os ambientalistas, movimentos importantes do mundo contemporâneo, tiveram o mérito de colocar o tema ecológico nas lutas políticas e nas mais diversas ciências, porém, apresentam inúmeras contradições em suas ações e objetivos.

Porto-Gonçalves (1984;2004) coloca que uma das características centrais de qualquer discurso ideológico é a sua pretensão de ser portador de uma verdade universal. Nesse caso, até mesmo o discurso ambientalista possui traços dogmáticos de uma ideologia extremamente utópica e, muitas vezes, conservadora, que não questiona a origem do problema. Em tempos de neoliberalismo, as contradições políticas socioeconômicas vão sendo institucionalizadas através de mecanismos regulatórios e pressões políticas de variadas formas.

O mesmo autor ainda vai além e afirma que as ideologias não falam simplesmente por seus enunciados, mas, principalmente, por seus silêncios, por aquilo que não dizem. Assim, os movimentos ecológicos dominantes ignoram as relações de ver o mundo e a realidade material. Gomes (1988) afirma que a luta ambiental não pode ser desligada da questão política, e esta, por sua vez, envolve o econômico e o social.

O movimento ecológico, direta ou indiretamente, possui uma fragilidade teórica paradoxal por dois motivos divergentes: i) ao questionarem os impactos antrópicos ao planeta levantam uma bandeira extremamente necessária e urgente para o futuro da humanidade; ii) mas, ao não criticarem o modelo interestatal hierarquizado e a sociedade de consumo em que vivemos, e ainda, ao não defrontarem o sistema interestatal capitalista, suas lutas se tornam vazias, conservadoras e utópicas.

Sobre a banalização do discurso ecológico e suas contradições existentes na lógica neoliberal, o autor coloca que:

O fato de as empresas terem incorporado a defesa do meio ambiente em seu discurso mostra sua face mais certa. De acordo com o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, a 'ambientalização' é uma forma de discurso, consensual, todo mundo passa a ter esta preocupação ecológica, de preservação, sustentável, atributos são criados para designar as empresas, com seus gerentes e setores especializados, o discurso incorporado e suposta consciência ambiental profunda ganham destaque. Tudo isso é uma figura de retórica? Ninguém pergunta de onde sai o carvão para alimentar os fornos das empresas de ferro-gusa. Trata-se de carvão vegetal e ele é retirado da floresta, na grande maioria dos casos. Com a crise, acontece a retração. E a oportunidade de evidenciar que auto-sustentabilidade de que estamos falando aumenta. E que desenvolvimento é este? Perguntamos ansiosos. As perguntas ajudam à percepção. O

castelo de cartas está caindo e a curto prazo vai provocar algumas percepções diferentes (ALMEIDA E CARVALHO, 2009, *Prefácio*).

Porto-Gonçalves (1984) complementa:

As grandes indústrias têm, assim, garantidos, os mercados para seus produtos através dos bancos que, por sua vez, ao viabilizarem as indústrias, se viabilizam na medida em que as indústrias dependem dos bancos para terem seu capital de giro, financiamento da produção e... crédito ao produtor rural para comprar seus produtos. Trata-se de um 'ecossistema' complexo cujo equilíbrio dinâmico tem profundas implicações ecológicas (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 22).

Todavia, é preciso ressaltar que a ambiguidade não é atributo específico do movimento ecológico. Vivemos em uma sociedade estruturada com base em interesses (de classe) contraditórios, e qualquer movimento reivindicativo comporta paradoxos.

Na esfera da geopolítica interestatal, inegavelmente o antropogenismo sobre a natureza deve ser uma questão urgente a ser discutida nos fóruns globais. O que se espera como resultados práticos desses encontros políticos não são responsabilidades comuns de países com trajetórias históricas e realidades socioeconômicas distintas. Esperam-se responsabilidades diferenciadas e que não agravem o abismo já existente entre as nações.

As rápidas transformações que estão ocorrendo no planeta colocaram o desafio ambiental também na agenda interestatal. Ao contrário de soluções para a questão antrópica, vê-se no interior do sistema interestatal capitalista uma coalizão de interesses dos países centrais em manter seus interesses e de suas corporações em detrimento da maior parte do planeta e do próprio futuro da humanidade.

Antes mesmo da emergência do sistema capitalista, os meios de produção – a terra, os instrumentos – não estavam livremente à disposição de todos os homens. O capitalismo é um sistema muito complexo e contraditório, atravessa as relações cotidianas dos indivíduos, organizando as suas relações entre si e com a natureza. O capital, por si próprio, tem uma essência antiecológica.

Portanto, percebe-se na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista uma clara imposição de agenda dos países centrais e suas organizações aos países periféricos. Becker (1992) afirma que a questão ecológica vem sendo imposta aos países periféricos como um projeto nacional, quando, na verdade, essa não é a prioridade no projeto de nação desses países que, necessariamente, precisam erradicar a fome e a pobreza.

Não há, contudo, críticas e tampouco mudanças estruturais no modelo de

desenvolvimento ocidental. O capitalismo se mantém forte e se reinventa através de um neoliberalismo 'esverdeado' ou por um '*global new green deal*'.<sup>4</sup> A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, busca afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas de realidades alheias – o desenvolvimento sustentável repaginado de economia verde exige necessariamente domínio de tecno(eco)logias – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza<sup>5</sup>, perdurar as perversidades e os ganhos exorbitantes da especulação do capital financeiro, controlar recursos estratégicos e se apropriar da biodiversidade dos países menos desenvolvidos, e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho<sup>6</sup>.

Se o novo padrão técnico-econômico e os movimentos políticos são indicativos da desordem global, as relações Norte-Sul atestam a tentativa de manter a ordem, a ecologia constitui um vetor desse movimento. Na raiz do conflito, jaz a desigual distribuição mundial da natureza e da tecnologia (BECKER, 2007, p. 293).

## 2. A GEOPOLÍTICA AMBIENTAL NA ATUAL CONJUNTURA GLOBAL

A atual crise global do modelo de desenvolvimento capitalista vem repercutindo nas diversas sociedades, com impactos dramáticos sobre a qualidade de vida de mais de 2/3 da humanidade e dizimando o meio ambiente em nome do 'progresso' e do 'desenvolvimento'. Com o exemplo notório da questão socioambiental amazônica, ressalta-se que é em relação ao meio ambiente que o modelo hegemônico vem revelando sua maior capacidade de impacto, interferindo, conseqüentemente, na saúde e no bem-estar humano (SABROZA E LEAL, 1992).

Enquanto Latour (1994), numa perspectiva antropológica, aponta que o homem está sempre em busca da modernidade; no entanto, argumenta que "*jamais fomos modernos*". Esta reflexão resulta numa clara ideia da visão do homem sobre o antigo como obsoleto, da rapidez das modificações, e da ambição pelo 'progresso'.

O homem, agora com o domínio da tecnologia, não se importa com os limites impostos pela natureza (KRUGER, 2001). Muito se fala em desastres naturais. Realmente, são as forças da

---

<sup>4</sup> Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (2008), a iniciativa *Green Economy* (Economia Verde) tem como objetivo mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias verdes e infraestrutura natural, podendo ajudar mercados a acelerar a transição rumo a uma economia verde e ao estabelecimento de um Novo Plano Global Verde.

<sup>5</sup> Milton Santos, a partir de uma perspectiva de valoração da natureza, afirma que, na era da ecologia triunfante, é o homem quem fabrica a natureza, ou lhe atribui valor e sentido, por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas (SANTOS, 2000, p. 82).

<sup>6</sup> Entender como o Brasil pode ser afetado por esse processo ideológico e como a Amazônia tornou-se símbolo ecológico global são os desafios de uma agenda que se faz presente.

natureza se rebelando, ou fenômenos naturais que apenas se tornam catástrofes pelo desrespeito humano aos limites da natureza? Em outras palavras, será o homem vítima da natureza ou a natureza apenas responde ao uso indiscriminado dos seus recursos, o que acarreta em enorme pressão sobre o patrimônio natural? Nesse sentido, o ambiente torna-se simultaneamente um 'agressor' e um 'agredido' (FRISZON, 1992 *apud* STOTZ *et al*, 1992).

A humanidade vive um momento histórico crítico, no qual a questão do desenvolvimento está associada ao domínio dos homens sobre a natureza, onde se promove a ideia de que ser 'desenvolvido' é ser 'urbano' e 'industrializado'. Não há respeito por povos que possuem seu modo de vida baseado em outros valores que ultrapassam o materialismo histórico. Os padrões universais de desenvolvimento baseiam-se na apropriação, no uso e na exploração do meio ambiente, surgindo como imposição a todos os povos, e não como opção (PORTO-GONÇALVES, 2004). As próprias concepções dos modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde não modificam essa ideia.

Os homens parecem não aceitar que fazem parte do meio ambiente. Mais que isso, o ambiente é composto pela lógica da natureza e pela lógica da sociedade (BECKER, 1992). A própria origem do termo ambiente nos diz muito. A palavra vem do latim '*ambulare*', que significa 'mundo circundante', o 'mundo por onde andamos', com o qual interagimos e exercemos influência pelo simples olhar (TAMBELLINI, 2008).

O conceito de meio ambiente, como formulado em ecologia, permite duas aproximações necessariamente não excludentes: aquilo que está entre os indivíduos e aquilo que os contém. É, simultaneamente, o espaço de reprodução das espécies e a fonte de recursos para esta reprodução (SABROZA E LEAL, 1992, p. 53).

Nos últimos séculos, principalmente a partir do Iluminismo e do surgimento da indústria moderna, há uma ruptura que leva ao pensamento antropocêntrico, que subjugou a natureza aos seus interesses, colocando o ambiente como um espaço afastado das interações humanas e da própria gênese das relações entre a sociedade e a natureza. Navarro (2008) salienta que:

Os processos de desumanização da natureza e desnaturamento do homem, elaborados pelas etapas da construção da ciência moderna, baseada no racionalismo, confirmaram as externalidades recíprocas entre o homem e a natureza. O homem entendido como ser excluído do conceito de natureza, estando acima desta, pela superioridade de sua propriedade racional, legitimando a degradação da natureza percebida meramente como fonte inesgotável dos mesmos recursos (NAVARRO, *Op. Cit.*, p. 95).

O estabelecimento de protótipos de desenvolvimento extremamente vinculados aos padrões pré-definidos pelas oligarquias financeiras e industriais impostas pelo 'Norte' levou os

homens à crença da falácia da igualdade entre os povos e nações. Não obstante, as burguesias nacionais dos países periféricos, como analisou Florestan Fernandes (1968), sempre mantiveram grandes ligações com o exterior, demonstrando certa indiferença em relação aos problemas concretos da maior parte da população. A aliança entre o capital internacional com o capital privado nacional dos países periféricos e semiperiféricos contribuiu com o processo de expansão e construção do sistema interestatal capitalista e para a perpetuação da própria divisão internacional do trabalho.

O subdesenvolvimento das nações, assim, não deve ser entendido como um 'estágio' para alcançar o desenvolvimento, mas como parte da própria hierarquia do capitalismo. Circunstâncias históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo e o imperialismo mantiveram a maior parte do espaço geográfico mundial à margem dos processos de 'desenvolvimento', 'progresso' e 'evolução' (CASTRO, 1968). A integração econômica e a desigualdade socioespacial surgem de processos histórico-geográficos e político-culturais complementares e não excludentes. Constata-se que são intrínsecos a esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido (CASTRO, 1970; 2003).

O mais modesto conhecimento de História mostra que o subdesenvolvimento não é nem original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem com o passado dos países atualmente desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos de hoje nunca foram subdesenvolvidos ou pouco desenvolvidos (GUNDER FRANK, 1970, p. 30).

Acosta (2005, p. 128) ressalta que o desenvolvimento não pode ser alcançado cumprindo uma série de etapas preestabelecidas. Dessa forma, como crítica à falácia da igualdade em culturas e povos com diferenciadas formações socioeconômicas, o 'desenvolvimentismo' vem promovendo a ocidentalização mundial, o que Wallerstein (2007) chama de universalismo europeu, impondo ao mundo um conjunto de valores 'universais' padronizados por uma globalização perversa, fruto de um histórico processo de colonização cultural.

A partir dos anos 1960, na gênese dos movimentos ecológicos, até mesmo a reivindicação ambientalista foi influenciada pelo domínio ideológico dos grandes interesses capitalistas globais, buscando culpar os países periféricos pelos efeitos mais graves ao meio ambiente, quando, na verdade, eram os mais industrializados os provocadores das maiores mazelas e pressões sobre os recursos naturais. Todavia, apesar da falha inicial do movimento ecológico, não se pode negar que este mesmo movimento tornou o ambientalismo uma questão

geopolítica contemporânea, apresentando reflexões à sociedade global e obtendo vitórias significativas através de pressões exercidas sobre os principais agentes político-econômicos do sistema interestatal capitalista.

Com a constatação do esgotamento dos recursos naturais, o movimento ecológico surge influenciando novas perspectivas tecnocientíficas e político-culturais. Entretanto, as ações de poucos e que beneficiam igualmente poucos colocam a humanidade em risco. Atualmente, tais ações são legitimadas pelo discurso empresarial e midiático difundido através da promoção de padrões de desenvolvimento capitalistas almejando a 'sustentabilidade' e o respeito ao ritmo de renovação do meio físico. A essência da acumulação de capital e de obtenção de *mais-valia* continua a mesma, portanto, não passam de retórica.

O próprio conhecimento tecnocientífico vem sendo utilizado por uma lógica economicista e não a favor da relação equilibrada entre o homem e a natureza. A utilização da técnica é fundada no controle do homem sobre o homem e na submissão da natureza aos interesses da propriedade privada. A técnica é, hoje, o símbolo da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000). Porto-Gonçalves (*Op. Cit.*) ainda relaciona a técnica às imagens, que formam um poder perverso, capaz de atravessar fronteiras territoriais e culturais, incentivando a homogeneização de culturas dominantes.

A consciência tecnocientífica não vem sendo utilizada pelo bem da coletividade.

O grande papel da comunidade científica, em qualquer sociedade, é contribuir para que a percepção dos fatos (naturais, sociais, físicos, econômicos etc.) seja a mais próxima da realidade para que as decisões tomadas sejam as mais adequadas. Mas, de nenhum modo, o produto da ciência, em matéria de decisões, elimina o debate político da sociedade. A comunidade científica é um segmento importante, e até mesmo decisivo, em qualquer sociedade moderna, mas sua produção precisa ser entendida pelos outros segmentos da sociedade para que se crie o 'consenso' nas decisões nacionais. O que significaria que a Ciência e a Universidade devem estar voltadas para os valores permanentes da sociedade e não para os efêmeros desígnios do poder (MONTEIRO, 1981).

O poder fragmentador do domínio da técnica na nova ordem mundial é exemplificado a seguir.

As forças mais reacionárias já apostam na necessidade de consolidar a desigualdades entre o Norte e o Sul, através de um projeto de apartheid tecnocientífico internacional nas relações internacionais (SABROZA E LEAL, 1992, p. 90).

Concomitante ao controle da técnica pelo grande capital e da contínua colonização cultural que impõe modos de pensamento e de comportamento em todo o mundo, pode-se

colocar ainda que o próprio conhecimento científico foi apropriado pela lógica mercadológica, assim como a relativa perda de autonomia do Estado para os grandes conglomerados econômicos.

Porto-Gonçalves (2004) apela para uma revolução cultural como forma de transformar a sociedade capitalista. Já Gomes (1988) enfatiza o que a maior parte do movimento ecológico e a própria ciência temem em admitir, por também representarem interesses ambíguos. Isto é, a eliminação definitiva do perigo ecológico-ambiental passa, necessariamente, pela liquidação das relações de propriedade privada e de antagonismos de classes. A simples conservação é insuficiente para manter o equilíbrio natural dos processos da biosfera e da população mundial. A palavra de ordem 'sustentabilidade' passa a ser impositiva.

A desigualdade é estrutural em todas as sociedades de classes. Fazia parte da utopia liberal, entretanto, a perspectiva de que, com o desenvolvimento das forças produtivas, todos se beneficiariam, embora uns mais que outros. A partir dessa premissa, as ideias de progresso e avanço do processo civilizatório contribuíram para a consolidação de uma ética que autorizou a hegemonia do modo de produção capitalista sobre todos os outros, frequentemente utilizando a violência (SABROZA E LEAL, 1992, p. 52).

Gomes (*Op. Cit.*) coloca três questionamentos sobre a questão ambiental. O primeiro, de caráter utópico, apelando à consciência das pessoas. O segundo, de caráter idealista, cobrando posições junto ao aparelho estatal. E o terceiro, de caráter realista, obtido somente através de lutas políticas.

Os dois primeiros posicionamentos não vão ao centro da questão ambiental pelo fato de, no geral, não questionarem os compromissos do Estado burguês com as empresas monopolistas nacionais e transnacionais. Segundo, porque não penetram a fundo no domínio da formação econômica do modo de produção capitalista, nas suas contradições, nos seus jogos de interesses. Não compreendem o capitalismo em sua historicidade (gênese, evolução e perecimento). Não questionam o acelerado o processo de divisão internacional do trabalho que, por sua vez, passa pela industrialização imposta na regionalização dos espaços geográficos entre sistemas político-ideológicos e econômicos opostos, em que de um lado, o capitalismo por não corresponder mais às aspirações da sociedade perde, inexoravelmente, realidade histórica e torna-se desnecessário por motivo de não corresponder mais à verdade social (GOMES, *Op. Cit.*, p. 39).

O ambientalismo foi apropriado pela geopolítica dos Estados nacionais e das corporações econômicas. As Conferências das Nações Unidas sobre a temática formam um complexo debate entre os interesses dos Estados economias-nacionais e suas diferentes percepções na questão ecológico-econômica. O desenvolvimento sustentável, no fim dos anos 1980, e a economia

verde, proposta a partir dessa década, são formas de readaptar o sistema capitalista às novas demandas ditas sustentáveis, evitando, contudo, modificar a raiz da questão da acumulação de poder. O REDD e o Mercado de Crédito de Carbono, principais mecanismos ecológico-econômicos que surgem na tentativa de reduzir os impactos antrópicos ao planeta e como forma de manter pontos de biodiversidade global, sobretudo florestas tropicais e corpos hídricos, também devem ser incluídos na nova geopolítica das nações.

## **2.1 – O Capitalismo Contemporâneo e os Modelos de Desenvolvimento Sustentável e de Economia Verde**

A recente Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) reafirmou a dificuldade de obter consenso entre Estados economias-nacionais com interesses e necessidades tão distintos. A Rio+20 deixou claro que não há, ainda, uma preocupação mundial ecológica que abarque todos os projetos de desenvolvimento nacionais. A referida Conferência fez parte de um processo global em andamento de consolidação de duas frentes econômico-ecológicas vinculadas ao neoliberalismo: a introdução do conceito de economia verde e a consolidação da biodiversidade como um novo mercado bilionário, representando a salvação para os investidores diante do naufrágio de outros mercados financeiros especulativos (RIBEIRO, 2011, p.10).

Os modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde, por exemplo, privilegiam a privatização dos elementos da natureza à transformação do modelo de produção e organização socioeconômica capitalista. Ambos consolidam a natureza como um grande mercado a ser controlado por organizações e recursos privados.

Discute-se a consolidação dos mercados financeiros a partir da natureza, o maior controle empresarial dos recursos naturais e a legitimação do uso de novas tecnologias de alto risco, como nanotecnologia, biotecnologia, biologia sintética e geoengenharia (RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 10).

A partir da década de 1990, a imposição do desenvolvimento sustentável como o cristizador de um pensamento único vem dificultando a construção de uma solução compartilhada por todos. Freitas (2010, p. 3) crítica esse modelo questionando ‘como?’, ‘onde?’ e ‘quando?’ romper com a forma clássica de desenvolvimento. As nações mais pobres correm o risco de esperar por uma coisa que nunca pode acontecer. Para o autor, “pode estar sendo construído um empreendimento socioeconômico estruturalmente inconsistente e que contribuirá para a intensificação das desigualdades sociais” (FREITAS, *Op. Cit.*, p. 3).

Ribeiro (*Op. Cit.*, p. 10) contribui à discussão pertinente a reconfiguração do sistema capitalista a partir da mercantilização dos elementos da natureza e da abertura de novas frentes para a expansão do capital, apontando que “os sistemas de pagamento por serviços ambientais e de comércio de carbono não aliviaram a crise climática, porém tiveram grandes impactos sobre as comunidades”.

A propaganda empresarial difunde no senso comum a ideia de que todas as questões ambientais podem ser resolvidas com o emprego de mais tecnologia, e não necessariamente por uma conscientização universal legítima e ruptura no modelo de sociedade hegemônico. Somando-se ao fato de que o processo de ‘ambientalização’ do mundo somente por processos tecnológicos é uma ilusão, as verdadeiras causas das crises, como a irracionalidade dos padrões de consumo e de produção vigentes, não são colocados em discussão. Além disso, a quem pertence o controle da tecnologia? As patentes tecnocientíficas, inclusive para a produção de energias como eólica e solar, estão nas mãos de grandes empresas, que assim aproveitam novas oportunidades de negócios (RIBEIRO, *Op. Cit.*). A questão ecológica pode ser uma desculpa para se agravarem as disparidades tecnológicas entre as nações.

Os efeitos de manipular um sistema global, pouco conhecido e de alta complexidade como o clima poderiam ser devastadores para muitos países, que nem sequer estariam envolvidos nessas práticas. A possibilidade de apropriar-se do termostato global seria dada aos países com mais recursos e tecnologias para desenvolver a ecoengenharia (RIBEIRO, 2011, p. 11).

Ainda nesse paradigma marcado pelo poder tecnocientífico, Becker (2007) aponta que a globalização da economia-mundo baseada na ciência, tecnologia e inovação, através do controle de pesquisa e de novos canais de financiamento para investimento seletivo, pode significar novo instrumento de perpetuação das relações assimétricas entre os Estados nacionais. Assim, a economia verde pode favorecer a emergência de novas atividades fundadas no emprego de tecnologias ‘verdes’, legitimando ainda mais as ações humanas sem reconhecer os riscos associados ao egocentrismo antrópico sobre o planeta Terra.

Do ponto de vista internacional, o conceito de Economia Verde seria tão frágil quanto o conceito de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que não trata especificamente da assimetria de desenvolvimento. Aliviar a pobreza não significa necessariamente reduzir assimetrias. Ademais, a Economia Verde é intensiva em tecnologia, logo ela tende a beneficiar mais àqueles que controlam a produção desses intangíveis e a provisão dos respectivos serviços (CGEE, 2011, p. 5).

Questiona-se, também, o papel das grandes potências e de suas corporações econômico-financeiras, isto é, dos Estados economias-nacionais, como os entusiastas e promotores da mercantilização da natureza em razão dos interesses nacionais e de classes contraditórios que impedem uma tomada de consciência coletiva.

A história registra que os discursos desses governos destoam de suas ações práticas. Esses governos não efetivarão nenhuma experiência, nenhum processo ou modelo de desenvolvimento que ponha em risco o estado de bem-estar de seus eleitores, e as estabilidades econômicas e políticas de seus países (FREITAS, 2010, p. 3).

## **2.2 – A reflexão sobre os Modelos de Desenvolvimento Sustentável e de Economia Verde**

O conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo relatório *Nosso Futuro Comum* foi apontado como um processo de mudança, no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional se harmonizam e estão de acordo com as necessidades das gerações presentes e futuras.

Freitas (2010) relaciona o desenvolvimento sustentável como intrínseco ao processo de expansão do capitalismo contemporâneo com suas novas formas de concentração, organização, reprodução e circulação do capital. Entretanto, o autor afirma que, apesar do conceito não passar de retórica dos países centrais e de suas corporações econômicas, ele foi incorporado por movimentos sociopolíticos por parte da humanidade como uma conscientização que deve partir da própria mobilização coletiva.

Se por um lado, a construção das condições estruturais necessárias à operacionalidade do desenvolvimento sustentável, em escala planetária, tem um custo econômico e político que os governos dos países industrializados não estão dispostos a assumirem, por outro, os atores sociais têm desenvolvido estratégias para impedir que os processos econômicos subsumam os processos políticos, incorporando a 'condição humana' como o principal pressuposto da sustentabilidade (FREITAS, 2010, p. 4).

Assim como o desenvolvimento sustentável, a economia verde é um tema cuja definição e conceitos são amplos e pouco consensuais.

Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável não são sinônimos, mas conceitos complementares. As propostas de políticas para esverdear a economia não implicariam em mudança de paradigma, apenas a introdução de tecnologias mais limpas, enquanto que o conceito de Desenvolvimento Sustentável sim, ao envolver outras dimensões além da tecnológica, como aspectos sociais, compromisso com o futuro, padrões de consumo, sinergias entre políticas públicas, mudanças de paradigmas econômicos e civilizatórios (CGEE, 2011, p. 5-6).

Através de uma conceituação técnica, o CGEE (2011, p. 9) contribui para a discussão e define a economia verde como “um processo que visa a redução do consumo de energia e de matéria-prima por unidade de produto e na redução de GEEs, sobretudo o CO<sub>2</sub>, para o que, verdadeira revolução tecnológica é necessária.”

Lyrio (*apud* CHIARETTI, 2011), assessor extraordinário para a Conferência Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente, define a economia verde como “um processo de desenvolvimento que contemple a ideia de uma economia inclusiva e viável”. A diferenciação entre o desenvolvimento sustentável e a economia verde reside no fato de a segunda enfatizar o aspecto econômico e o papel das tecnologias para as mudanças de processos. O CGEE (2011) colabora com a discussão apontando que a economia verde:

(...) difere do Desenvolvimento Sustentável apenas por sua ênfase no econômico, pois seria mais uma nova abordagem da economia, capaz de estimular a abertura de novas frentes de investimento necessárias para a superação da crise financeira e ambiental do sistema capitalista e garantir sua expansão mediante ganhos de escala e de lucro no curto prazo. Representa um aprofundamento do processo de mercantilização (financeirização) que envolve o capital natural (CGEE, 2011, p. 7).

Em uma análise extremamente crítica, Ribeiro (2011, p.10) coloca que as propostas da economia verde se baseiam em três pilares.

- Maior mercantilização e privatização da natureza e dos ecossistemas, integrando suas funções (definidas como ‘serviços’) aos mercados financeiros;
- Promoção de novas tecnologias e vasta expansão do uso de biomassa;
- Um marco de políticas que permitam e subsidiem com recursos públicos esses desenvolvimentos privatizadores.

Ao criticarem a economia verde muitos autores acreditam que o investimento em tecnologias limpas implique em um *apartheid* tecnocientífico entre ‘Norte’ e ‘Sul’, aumentando a dívida e, portanto, mantendo as desigualdades entre as nações (CGEE, 2011, p. 7). Nesse sentido, o mesmo documento reforça a importância do papel da tecnologia no movimento em direção à economia verde.

(...) a expressão atribuída a um modelo econômico que conduz ao desenvolvimento sustentável através de uma regulação econômica eficiente para internalizar os custos ambientais, alterando os preços relativos e, conseqüentemente, induzindo uma mudança em direção a padrões de produção e consumo mais ecoeficientes. A principal responsabilidade dos países desenvolvidos estaria na redução da pressão que exercem sobre o meio ambiente para permitir que os países pobres

possam crescer. Para a Economia Verde importa que o crescimento econômico com redução da pobreza possa estar baseado em investimentos em capital natural e, portanto, que a estrutura da economia mude na direção dos setores/tecnologias 'verde' ou 'limpos' que vão substituindo os setores/tecnologias 'sujos' ou 'marrons' (CGEE, 2011, p.5).

Ao tratar do interesse nacional vinculado à difusão da economia verde, Becker (2011) enfatiza que a economia verde não pode ser um modelo generalizado para o mundo.

Se não criarmos nossa própria tecnologia verde, ficaremos para trás, dependentes das tecnologias desenvolvidas por europeus e americanos, sem falar da dependência financeira em relação a eles (BECKER, 2011, p. 14).

O sistema político-econômico mundial se encontra numa realidade onde os modelos de desenvolvimento sustentável e de economia verde requerem novos olhares, sobretudo em sua aplicação em economias com trajetórias histórico-geográficas e realidades socioeconômicas tão distintas. A crítica à mercantilização da natureza questiona se o REDD e o Mercado de Crédito de Carbono agem como mecanismo de proteção ecológica ou como reguladores político-econômico globais.

A partir de uma análise do sistema interestatal capitalista, constata-se que estes agem como os principais mecanismos regulatórios de pressão estreitamente relacionados ao neoliberalismo, ou como aponta Porto-Gonçalves (2004; 2006), à 'natureza da globalização'.

O conceito de REDD pretende incluir na contabilidade das emissões de GEEs aquelas que são evitadas pela redução do desmatamento e a degradação florestal. Dessa maneira, os países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais, que conseguissem promover reduções das suas emissões nacionais oriundas de desmatamento receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas (IPAM, 2013).

Percebe-se que a lógica hierárquica do sistema capitalista não é alterada. Ao contrário, o bem-estar e os padrões de consumo dos países centrais são legitimados através do pagamento pela imobilização de florestas, nativas ou não, dos países subdesenvolvidos.

O mercado 'verde' – TEEB, REDD, REDD+, PSA (PSE) são mecanismos criados nos últimos anos para precificar, mercantilizar e financeirizar os recursos naturais, seu uso e seu acesso, de forma que grandes corporações continuem poluindo e passem também a comprar o direito de poluir. Aprofundam-se as relações desiguais entre Norte-Sul (CALDAS E QUINTELA, 2011, p. 16).

Em um contexto global baseado na possibilidade de aquecimento global, a proposta foi colocada elegendo os países tropicais como os responsáveis por estabilizar o clima por meio de suas florestas imobilizadas. Os custos para mantê-las deveriam, então, ser divididos por todos.

Hoje o conceito foi ampliado e é conhecido como REDD+, se refere à construção de um mecanismo, ou uma política, que deverá contemplar formas de prover incentivos positivos aos países em desenvolvimento que tomarem uma ou mais das seguintes ações para a mitigação das mudanças climáticas: i) Redução das emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas; ii) Aumento das reservas florestais de carbono; iii) Gestão sustentável das florestas; iv) Conservação florestal. (PINTO ET AL, 2009 APUD IPAM, 2011).

O processo de desregulamentação financeira como estratégia do neoliberalismo favoreceu as grandes corporações na lógica da desconcentração espacial da indústria, sobretudo de suas indústrias clássicas pesadas rumo à periferia do sistema interestatal capitalista. Acselrad (2011) denomina de 'chantagem locacional' o processo de aceitação das condições e dos tipos de investimentos das grandes corporações, principalmente nos países semiperiféricos.

As autoridades tendem a ceder a muitas das pressões dos detentores do poder de investir. Entre elas a da aceitação de instalações, equipamentos e tecnologias que foram recusados em seus países de origem (ACSELRAD, Op. Cit., p. 15).

Assim, é interessante para a ideologia neoliberal insistir na despolitização da questão ambiental, apontando que a tecnologia e a gestão são elementos necessários à proteção ambiental. Acselrad (2011, p. 16) enfatiza que os principais agentes financeiros do sistema interestatal capitalista 'querem fazer do meio ambiente uma razão para aplicar reformas liberais', assegurando que a propriedade privada exerce melhor proteção e gestão do meio ambiente.

Uma retórica reacionária, ao longo dos últimos 200 anos, procurou sugerir que qualquer tentativa de mover a sociedade em direção a promover justiça social ou proteção ambiental faria que ela se movesse na direção contrária (ACSELRAD, Op. Cit., p. 15).

Na conjuntura de construção e expansão do neoliberalismo, em 1991, o executivo do Banco Mundial, Lawrence Summers, escreveu o famoso Memorando Summers. Tal memorando foi escrito no seio da expansão do neoliberalismo para a periferia do sistema capitalista e, ao ser apropriado pelo movimento ambientalista, consagrou o termo 'injustiça ambiental'. O texto, desautorizado pelo Banco Mundial, dizia: "Cá entre nós, o Banco Mundial não deveria incentivar mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?" Claramente o Memorando apresentava 'intenções ambientalmente perversas contra os despossuídos' (ACSELRAD et al, 2009).

Acselrad et al (Op. Cit., p. 7) analisam o documento e apontam três considerações pertinentes aos países centrais e as suas corporações econômicas:

- O meio ambiente seria uma preocupação 'estética' típica apenas das classes sociais mais

abastadas dos países desenvolvidos;

- Os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental que a população dos países desenvolvidos;
- Na 'lógica' econômica, poder-se-ia considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, dado que os habitantes dos países mais pobres recebem salários relativamente mais baixos.

Conclui-se que a dimensão socioambiental é invisível aos olhos dos mercados. O mercado autorregulado não tem o objetivo e nem responsabilidade ética e moral sobre o meio ambiente e promoção de bem-estar às camadas mais pobres (SANTOS, 2000; SACHS, 2011).

Não há como salvar o mundo e esquecer a humanidade. Grzybowski (2011) questiona como podemos conciliar a agenda da sustentabilidade da natureza e da vida com a justiça social.

Nunca podemos esquecer que essa civilização, em que a riqueza de um povo é medida pelo ter sempre mais e mais bens, pela renda per capita, pela acumulação e crescimento do PIB, foi feita a pau e fogo, literalmente, durante os últimos séculos da história humana. Conquista e colonização, com a escravidão de povos inteiros, Revolução Industrial baseada no uso de energia fóssil e matéria-prima, com destruição e poluição ambiental quase sem volta, gerando a crise climática, com extrema miséria e extrema riqueza. Imperialismos e guerras, mudando de mãos e territórios, foram se sucedendo na medida da necessidade para garantir a dominação de tal civilização, até hoje. Com a globalização capitalista das últimas décadas, ela virou referência para praticamente toda a humanidade. Pelo pior caminho, criamos as condições para a emergência de uma comunidade planetária interdependente (GRZYBOWSKI, 2011, p. 6).

Paul Crutzen, o autor do termo Antropoceno, e outros intelectuais como Boff (2011), Sachs (2011) e Abramovay (2013) também afirmam que os homens pós-modernos inventaram uma nova era geológica. Há consenso entre eles ao considerarem que esta nova era geológica faz alusão a um tempo caracterizado pela força geofísica do homem em paralelo à impotência da natureza. Os autores mencionam que a entrada nessa nova era impõe ao homem dois desafios. Um de caráter ecológico, referente ao enfrentamento das mudanças climáticas provocadas pela emissão de GEEs de origem antrópica; e o outro com um viés humanitário, pela necessidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas e as diferenças entre os níveis de vida entre as nações e, até mesmo, dentro das nações.

A ciência já reconhece a incapacidade de continuarmos nesse modelo autoritário: 'suicida' de sociedade e 'ecocida' com a natureza. Desta forma, é preciso colocar que o elemento humano e as populações tradicionais continuarão à margem do processo de acumulação de capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOWAY, R. **O antropoceno e os limites da Terra**. Artigo: Valor Econômico, 05 de março de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/3031108/o-antropoceno-e-os-limites-da-terra#ixzz2MfyQAZZn>
- ACOSTA, A. O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da Amazônia. *In*: COY, M; KOHLHEPP, G. (Coords.). **Amazônia Sustentável: Desenvolvimento Sustentável entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005, p. 127-154.
- ACSELRAD, H; CAMPELLO, C; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. O meio ambiente entre o mercado e a justiça. *In*: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil, 2011.
- ALMEIDA, A; CARVALHO, G. (Orgs). **O Plano IIRSA na sociedade civil pan-amazônica**. Belém: Fase, 2009.
- BECKER, B. Repensando a Questão Ambiental no Brasil a partir da Geografia Política. *In*: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (ORGS.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 127-152.
- \_\_\_\_\_. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. *In*: COY, M; KOHLHEPP, G. (Coords.). **Amazônia Sustentável: Desenvolvimento Sustentável entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005, p. 15-22.
- \_\_\_\_\_. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 271-308.
- \_\_\_\_\_. **Defendemos uma atuação social e ambiental responsável**. Entrevista: CSN, 2011B.
- BOFF, L. **Cuidar da Terra, salvar a vida: como evitar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Record, 2011.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril cultural, 1984.
- CALDAS, A; QUINTELA, S. Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio+20. *In*: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.
- CASTRO, J. **De Bandung a Nova Délhi: A grande crise do terceiro mundo**. Publicado na *Revue Générale Belge*, nº 4, Bruxelas, 1968.
- CHIARETTI, D. **Entrevista com Fernando Lyrio: Brasil quer que a cúpula Rio+20 fixe metas ambientais**. Valor Econômico: 24 de agosto de 2011.
- CGEE. **Economia Verde e Interesse Nacional: Propostas para uma Agenda Brasileira**. Brasília: CGEE, 2011.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Fome - um tema proibido**. (Org.). Anna Maria de Castro. 1970; 2003.
- FIORI, J. L. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. *In*: FIORI, J. (Org.). **O PODER AMERICANO**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 11-66.
- FREITAS, M. **Política de Estado de CT&I para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: Fundamentos, diretrizes, propostas e compromissos**. Documento básico preparado para a IV Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia 2010.
- GOMES, H. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. *In*: **Geografia e questão ambiental**. Terra Livre: Marco Zero, São Paulo, 1988, p. 33-54.
- GRZYBOWSKI, C. Não deixemos passar a hora! *In*: **Suplemento Especial. Sustentabilidade e**

- Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?** Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.
- GUNDE-FRANK, A *et al.* **Economía política del subdesarrollo em Latinoamérica.** Buenos Aires: Signos, 1970.
- IPAM. **REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD.** – 3ª Edição – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.
- KRUGER, E. Uma Abordagem Sistêmica da Atual Crise Ambiental. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente.* Curitiba: Editora da UFPR, Nº 4, p. 37-43, Jul./Dez, 2001.
- MEADOWS, D *et al.* **The Limits of Growth.** New York: Universe Books, 1972.
- MONTEIRO, C. **A questão ambiental no Brasil.** IGEO/USP: São Paulo, 1981.
- NAVARRO, M. Ambiente e complexidade como tema integrador. *In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). Território, Ambiente e Saúde.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 89-100.
- PNUMA. **Green economy report.** ONU, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, C. **Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia.** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O Desafio Ambiental.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RIBEIRO, S. As novas fronteiras da mercantilização da natureza. *In: Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil.
- SABROZA, P; LEAL, M. Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Alguns Conceitos Fundamentais. *In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar.* São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 45-94.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2000.
- STOTZ, E; VALLA, V; PIRES, A; OLIVEIRA, G; FISZON, J; MASCARENHAS, M; *et al.* Processo de conhecimento sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na relação entre sociedade civil e Estado. *In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida.* São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 2, p. 29-56.
- TAMBELLINI, A. Prefácio. *In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). Território, Ambiente e Saúde.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 9-15.
- SUERTEGARAY, D; SCHAFFER, N. Análise Ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. Porto Alegre: a metrópole e seu delta. *In: Geografia e questão ambiental.* Terra Livre: Marco Zero, São Paulo, 1988, p. 89-104.
- WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** New York/London: Academic Press, 1974.